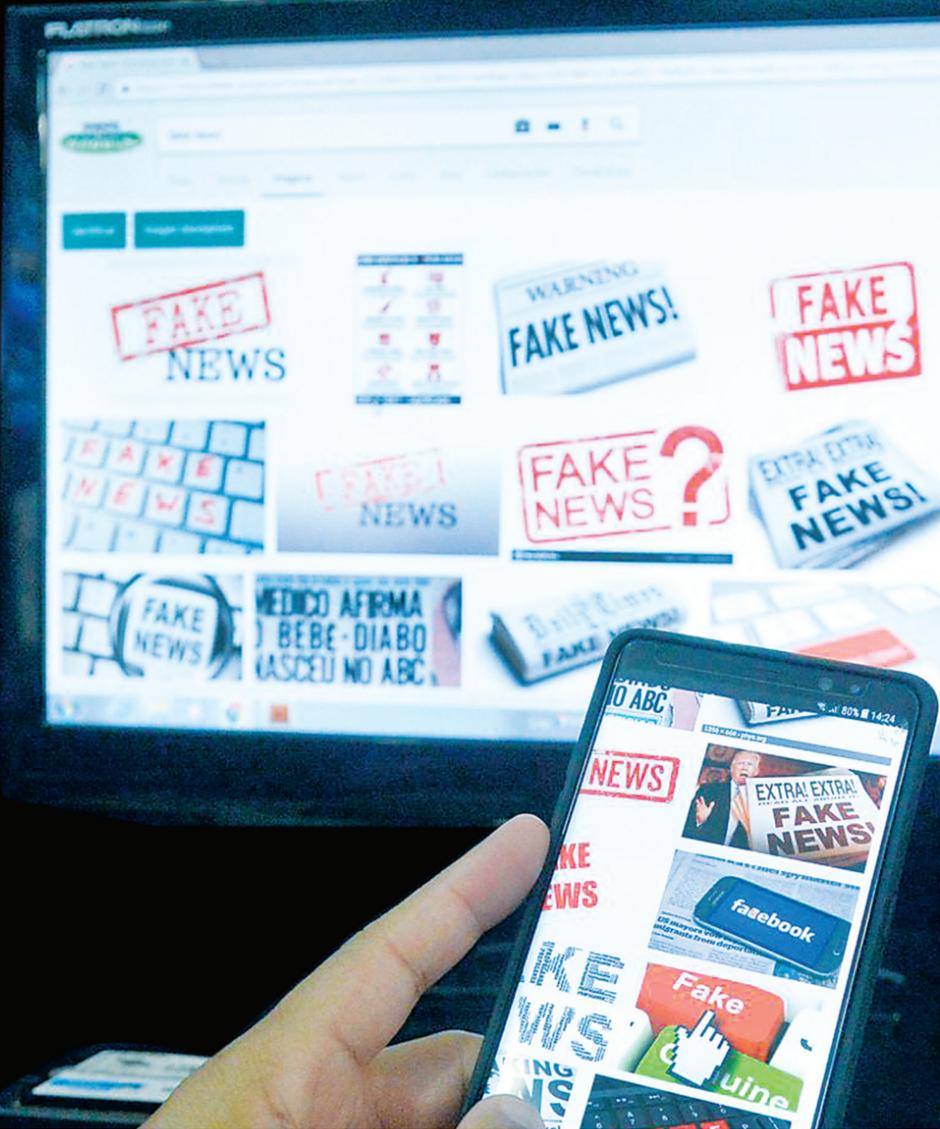


FERNANDO OLIVEIRA | EDIÇÕES NOVEMBRO|BENGUELA

■ JORNALISMO PARECE CORRER PERIGO

Uma ameaça chamada “fake news”

O que um dia a equipa de Donald Trump chamou “factos alternativos” parece ganhar espaço ao jornalismo sério e à credibilidade dos jornalistas, que são o último bastião de uma informação verídica, sujeita ao contraditório e aos processos de verificação que regem a profissão.



Num mundo onde há cada vez mais informação, os cidadãos estão, contraditoriamente, cada vez menos bem informados ou mesmo mal informados, com uma torrente de notícias que surge literalmente do nada. Com a crise dos meios tradicionais de comunicação social e o desenvolvimento das redes sociais, a disseminação das chamadas notícias falsas (fake news) espalharam-se ao ponto de intervirem directamente em todos os sectores da sociedade, nomeadamente, na política, segurança ou saúde. O jornalismo sério e a credibilidade dos jornalistas é o último bastião de uma informação verídica, sujeita ao contraditório e aos processos de verificação que regem a profissão. Os jornalistas estão conscientes de como é difícil, até para eles mesmos, detectar uma notícia falsa ou evitar ser instrumentalizados. As notícias falsas podem ser crime, mas ainda não têm castigo.

Polarização política no Brasil

O investigador Pablo Ortellado, professor da Universidade de São Paulo (USP), considera que a situação da desinformação no Brasil resulta da polarização da esfera pública e do extremismo dos actores políticos. “A situação das ‘fake news’ no Brasil não é muito diferente das de outros países que estão a sofrer um pro-

cesso de polarização da esfera pública, onde as opiniões políticas estão concentradas em dois pólos (...) Isto acontece nos Estados Unidos, na Argentina, na Venezuela, no Brasil e também na Europa, como é o caso da França e da Inglaterra”, afirmou.

O académico, que desenvolveu projectos de análise do debate político no meio digital nas últimas eleições presidenciais do Brasil, disputadas em Outubro do ano passado, considera que a expressão ‘fake news’ não é a mais adequada para classificar o fenómeno da desinformação.

“O que acontece neste cenário é que estes dois pólos começam a produzir sites que veiculam opinião na forma de factos noticiosos. Esse excesso de produção de opinião apresentado como se fosse investigação jornalística é a essência do fenómeno no Brasil como noutros países”, frisou.

O investigador explicou que informação enviesada tem uma forte presença numa sociedade polarizada como a brasileira, onde as pessoas estão comprometidas com causas.

“É muito difícil saber o que é causa e o que é efeito do fenómeno da desinformação. As pessoas estão polarizadas e, portanto, consomem notícias muito engajadas, que consolidam a sua posição já polarizada. São coisas que se retroalimentam. Isto no Brasil é um sentimento muito forte, baseado

na indignação, no ódio e na não aceitação da posição do adversário”, argumentou.

Ortellado salientou ainda que o fenómeno da desinformação é um desafio muito grande para o jornalismo profissional, porque quanto mais bem feito é o trabalho jornalístico, mais dificuldade existe em concorrer com conteúdos que apelam ao sentimento de indignação.

“Quando o público está polarizado, ele é muito chamado a cumprir um papel de rebaixar o jornalismo”, desatou o investigador, considerando que os actores políticos também não têm interesse em melhorar o ecossistema mediático.

As ‘fake news’, comumente conhecidas por notícias falsas, desinformação ou informação propositadamente falsificada com fins políticos ou outros, ganharam importância nas presidenciais dos EUA que elegeram Donald Trump, no referendo sobre o ‘Brexit’ no Reino Unido e nas presidenciais no Brasil, ganhas pelo candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro.

O Parlamento Europeu quer tentar travar este fenómeno nas europeias de Maio e, em 25 de Outubro de 2018, aprovou uma resolução na qual defende medidas para reforçar a protecção dos dados pessoais nas redes sociais e combater a manipulação das eleições, após o escândalo do abuso de dados pessoais de milhões de cidadãos europeus.

O que acontece neste cenário é que estes dois pólos começam a produzir sites que veiculam opinião na forma de factos noticiosos. Esse excesso de produção de opinião apresentado como se fosse investigação jornalística é a essência do fenómeno tanto no Brasil como noutros países

Alemães defendem acção

Um estudo conduzido pela universidade alemã de Darmstadt revela que 81 por cento, num total de 1023 inquiridos, defendem uma resposta rápida das autoridades para lidar com notícias falsas, as chamadas “fake news”.

O estudo “Percepção de notícias falsas na Alemanha: Um estudo representativo das atitudes das pessoas e abordagens para combater a desinformação” pretende responder a três perguntas: Que atitude têm as pessoas perante as “fake news”? Já viram ou já lidaram com notícias falsas? Como avaliam possíveis abordagens para as combater?

Christian Reuter, coordenador do estudo, revelou que quase metade dos entrevistados (48%) já teve contacto com notícias falsas. No entanto, apenas um em cada quatro admitiu ter apagado ou reportado notícias falsas e somente 2% revelou ter criado alguma.

“As respostas mostram que a grande maioria dos participantes admite os riscos das ‘fake news’. Mais de 80% concordaram que estas representam uma ameaça e que podem ser usadas para manipular a opinião da população. Mas quase o mesmo número de participantes no estudo acredita que os decisores e actores políticos também podem ser manipulados”, revela o professor e investigador.

A maioria dos participantes neste estudo, realizado na Alemanha, concorda com todas as formas sugeridas para lidar com notícias falsas: 80% defendem “reações rápidas das autoridades” e 72% gostariam que fossem estabelecidos “centros de defesa de segurança informática”.

Obrigações por parte dos operadores ou reforço dos regulamentos penais também foram aprovadas, “a quantidade de respostas neutras varia entre 14% a 21%, enquanto apenas 3 a 7% dos participantes não concordam com as abordagens sugeridas”, esclarece Christian Reuter sobre a realidade das ‘fake news’.

68 por cento dos inquiridos acreditam que as “fake news” prejudicam a demo-

cracia e 84% considera-as perigosas, porque podem manipular as opiniões. Mas o coordenador do estudo revela que não dispõe de dados que associem as notícias falsas aos resultados e efeitos na política, na Alemanha.

“Bom jornalismo” deve ser a vacina

Nuno Artur Silva, da Produções Fictícias, de Portugal, defendeu que é preciso olhar as ‘fake news’ como “doença da democracia” que ameaça as populações e recorrer ao “bom e velho jornalismo” como vacina para proteger a sociedade.

“A maneira de se olhar para as ‘fake news’ é como se fosse uma campanha pela saúde. Temos de olhar para este fenómeno como uma doença da democracia, em que as populações estão ameaçadas por um vírus”, afirmou.

“Os jornalistas deviam encarar isto como se encara uma epidemia. Tem de haver uma atitude do género ‘vacine-se, os vírus estão aí’. E a única maneira de proteger a sociedade é com um sistema de vacinação que é o bom e velho jornalismo”, argumentou Nuno Artur Silva.

“O que chamamos desinformação é o canário na mina de ouro do digital, um sinal de aviso para o ecossistema informativo das nossas democracias”, afirmou, no mesmo sentido, o deputado português José Magalhães.

O deputado recordou que antigamente o canário nas minas de carvão servia para alertar para a presença de um gás venenoso, da mesma forma que agora as ‘fake news’ alertam para um perigo iminente.

A propósito da necessidade de se recuperar o “bom e velho jornalismo”, Luísa Meireles, directora da agência Lusa, frisou que até se costuma dizer que as agências de notícias exercem “o jornalismo canónico”, “o que não exclui os chamados erros jornalísticos, mas que são diferentes de ‘fake news’”, frisou.

A directora da Lusa sublinhou também a importância que assume a verificação da informação, “o jornalismo que faz o contraditório que vai ‘checkar’ uma, duas, três fontes para verificar uma notícia”, algo que “muitos não fazem na corrida para serem os primeiros a dar a notícia”.

“Às vezes é preciso perder uma notícia para dar uma notícia que é verdadeira”, argumentou Luísa Meireles, sublinhando que é preciso “romper” o que considerou ser a “bolha informativa” das ‘fake news’, através do princípio do contraditório, do questionamento e da verificação. “Vamos contraditar, vamos perguntar, vamos ‘checkar’. Se duas fontes dizem a mesma coisa, tem mais força do que só uma o dizer”, frisou.

Catarina Carvalho, directora do “Diário de Notícias”, sublinhou, por seu turno, que se o objectivo é “combater as ‘fake news’ é preciso perceber que a informação não é gratuita”, que o trabalho dos jornalistas “tem de ser remunerado e não pode deixar de o ser” e que o fenómeno das ‘fake news’ começa e acaba no negócio.

"As 'fake news' começam a existir por uma questão comercial e enquanto os jornalistas estiverem na situação periclitante em que estão, as notícias gratuitas podem ser falsas ou verdadeiras e a rapidez pode ser falsa ou verdadeira", alertou.

"Não sermos os primeiros a dar a notícia é sinónimo de perder os cliques e é perder a publicidade e é perder a liberdade e o rigor", lamentou Catarina Carvalho.

O deputado José Magalhães, por sua vez, referiu que estamos perante "um problema intrincadíssimo", sublinhando que "o problema da desinformação é só o pico do iceberg", que tem por trás, nomeadamente, "problemas de erosão da confiança nos media", a perda de rendimentos para os media noticiosos, a crise dos serviços públicos, entre outros.

Neste sentido, Luísa Meireles referiu que na "luta das 'fake news' e no combate às notícias falsas ou falseadas os jornalistas estão na primeira linha como alvos a abater e como vítimas".



Investigador Pablo Ortellado

E a directora da Lusa comentou também que considera "uma contradição o termo 'fake news', porque se é falsa não é notícia", mas reconheceu o termo internacional como identificativo.

Fernando Esteves, director do Polígrafo, comentou, por sua vez, que o cérebro humano está feito para acreditar, mesmo quando sabe que não é verdade, antecipando que "a dificuldade de distinguir a realidade da ficção, que se vai massificar no futuro, vai dificultar a tomada de decisões informadas".

Para o director do Polígrafo, cabe às redes sociais intervir para evitar a escalada do fenómeno e as suas consequências negativas, mas também aos cidadãos, que devem ser "mais responsáveis e não podem partilhar conteúdos de qualquer forma".

"Partilhar acriticamente é mais uma machadada na democracia", considerou Fernando Esteves, acrescentando que os jornalistas, por seu turno, "têm de ser corajosos e continuar a publicar o que os outros não querem que se publique".

O erro jornalístico e a mentira

Os jornalistas também cometem erros, mas "uma coisa é o erro jornalístico, outra coisa é uma mentira", distingue o director da rádio TSF, reconhecendo que "as pessoas não têm capacidade, ainda, para as distinguir".

"Hoje é frequente ouvir as pessoas dizerem 'não, não, é verdade, porque eu ouvi na net', que é uma coisa muito difícil de desmontar. As pessoas acreditam piamente naquilo, não percebendo que ler na 'net' no site da TSF ou ler na 'net' num 'post' de Facebook são realidades completamente diferentes", realça Arsénio Reis.

"O grande problema é que, de facto, as pessoas não têm capacidade, ainda, para as distinguir", lamenta, assinalando a "iliteracia" mediática dos cidadãos.

O responsável editorial da rádio privada detida pelo Global Media Group diz que a discussão sobre o assunto "é diária" na redacção, mas tal não significa que as empresas e os jornalistas se tenham sabido proteger de "um problema muito complicado de resolver".

Recuando ao passado, Arsénio Reis não tem dúvidas em dizer que o jornalismo perdeu crédito e que os próprios jornalistas têm nisso alguma responsabilidade. "Devíamos ter-nos preocupado há mais tempo", admite.

Arsénio Reis assume que prefere falar em "intoxicação" do que em "fake news" simplesmente, porque é o mais utilizado, mas que não deve ser traduzido como "notícias falsas", porque uma notícia não pode, por natureza, ser falsa, mas como "notícias falsificadas", o que já pressupõe uma intenção de desinformar ou manipular.

"Não há notícias mentirosas, as notícias mentirosas são mentiras. Nem sequer aceito o conceito e acho que ninguém na profissão o deveria aceitar", contesta o director da TSF.

As "notícias mentirosas" são "perigosas", porque "põem todos os dias em causa" o trabalho dos jornalistas e das empresas de informação, reconhece.

Porém, importa assinalar que todos cometemos erros, incluindo os jornalistas. "Mas uma coisa é o erro jornalístico e outra coisa é uma mentira ou uma 'fake news'", distingue. No primeiro caso,

quem "for atingido ou lesado" pelo erro jornalístico tem ao seu dispor instrumentos para se defender, como direito de resposta, entidades reguladoras, tribunais.

"As pessoas hoje confundem, de alguma forma, aquilo que é a produção de trabalho jornalístico com algumas das informações que circulam livremente e sem cumprirem qualquer critério jornalístico, no mundo 'online', em particular nas redes sociais, como sabemos, mas também nalguns sites, e em alguns deliberadamente", aponta.

Perante isto, só há uma solução: "voltar aos princípios básicos", identifica. "Não é verdade que tenhamos mudado (os procedimentos internos). Admito que tenhamos hoje mais cuidado com o contraditório do que tínhamos. Admito que tenhamos hoje mais atenção a algum tipo de 'notícias' menos 'normais', prevendo a possibilidade de elas serem, efectivamente, uma anomalia. Mas a prática que temos, jornalística, não mudou. E, aliás, acho que um dos segredos da profissão é voltar aos princípios básicos. Se conseguirmos respeitar esses, correremos menos riscos", defende.

"O contraditório é, para mim, a grande missão do jornalismo. Nós não defendemos causas, ou raramente defendemos causas, mas devemos fornecer às pessoas as armas para que elas possam tomar as suas decisões. Isso implica ouvir versões opostas, ouvir várias opiniões e depois permitir que as pessoas possam, efectivamente, retirar as suas conclusões", sustenta.

Por outro lado, é hoje mais difícil para os órgãos de informação "ter os meios essenciais para, em cada um dos casos, (...) apurar a veracidade de uma determinada informação", admite.

Código de conduta

O fundador do Expresso, Francisco Pinto Balsemão, considerou que as 'fake news' são uma ameaça global e não apenas para os 'media' e defendeu um código de conduta para os jornalistas nas redes sociais.

Questionado sobre se as 'fake news' ameaçam os media, o presidente do Conselho de Administração da Imprensa afirmou: "Eu acho

que não é apenas para o negócio da informação, a ameaça é muito mais global, a ameaça é para a sociedade onde vivemos e essa ameaça hoje em dia está organizada".

E explicou: "Há 'hackers' (piratas informáticos) profissionais que são contratados e bem pagos, quer para atacarem pessoas, empresas e instituições e tentarem destruí-las, quer para estarem ao serviço de políticas de grandes países".

Para o patrão da SIC e do Expresso, as 'fake news' são "uma ameaça global" e uma "ameaça para o jornalismo, porque é uma concorrência completamente desleal".

"Essa é, portanto, uma grande ameaça para o jornalismo e também uma grande oportunidade de separar o trigo do joio e como o joio é cada vez mais volumoso, mais mal cheiroso, está por toda a parte, é pior que as ilhas de plástico a serem encontradas cada vez maior número nos oceanos", apontou, salientando que "o joio é cada mais pestilento" e cresce em Estados que têm o poder e utilizam as novas tecnologias em campanhas.

Deu o exemplo da República Democrática do Congo, que cortou o acesso à Internet para controlar o sistema político e social, ou "como é o caso da China, que faz isso quase abertamente", para explicar que a evolução tecnológica, que até inclui reconhecimento facial, permite condicionar a actividade política, a liberdade das pessoas, a liberdade de opinião e até o acesso à informação.

No combate às 'fake news', o presidente da Imprensa teceu ainda críticas ao comportamento dos jornalistas nas redes sociais.

"Os jornalistas têm de ter um comportamento talvez um pouco diferente e deixar de se apresentarem constantemente nas redes sociais, como se aquilo fosse uma espécie de clube de amigos", considerou.

Questionado se considerava necessário um código de conduta, Francisco Pinto Balsemão afirmou: "Penso que sim, cada vez mais acho que os jornalistas não devem intervir nas redes sociais, muito menos acerca de assuntos que eles próprios tratam nas redacções. Acho que se devem coibir disso".

ERCA, enfrentar o fenómeno é um exercício desafiador

A ERCA (Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana) faz nota que o seu Conselho Directivo entrou em funções num período em que se observam novos desafios na Comunicação Social, com a proeminência da imprensa online e do activismo nas Redes Sociais, nem sempre coerente com os princípios éticos e deontológicos que devem reger a comunicação social.

Por isso, vemos que é um exercício desafiador para a ERCA, enquanto entidade reguladora que tem que fazer a supervisão e a regulação

da comunicação no contexto deste fenómeno novo das 'fake news'.

Divisamos a necessidade de um trabalho transversal e profundo que englobe de forma com todos os sujeitos activos e passivos do trabalho da Comunicação Social na salvaguarda do respeito escrupuloso e defesa dos direitos de personalidade, nomeadamente o bom nome, a honra, a imagem e intimidade da vida privada, protegidos constitucionalmente e na legislação ordinária.

Em suma, torna-se necessário a aplicação dos instru-

mentos legais vigentes e a adopção de legislação adequada ao enfrentamento do fenómeno (fake news).

Tendo em vista contribuir para o conhecimento real do fenómeno 'fake news', mitigando os seus efeitos com a literacia mediática do cidadão comum, a ERCA programou para este ano um colóquio sobre a matéria, em que participarão actores angolanos e dos países membros da Plataforma das Comunicações da Comunicação Social dos Países de Língua Portuguesa.



JOÃO MELO *

“Hoje, o bom jornalismo implica apurar melhor”

"As chamadas 'fake news' são um fenómeno e um problema a que Angola, obviamente, não poderia estar imune. Nenhum país escapa hoje a essa realidade, que na verdade sempre existiu, na história da humanidade, mas hoje é elevada à potência éne por força das incriveis alterações tecnológicas em curso, em especial a Internet. A verdade é que as novas tecnologias de comunicação, se, como se diz, permitem que o conhecimento esteja hoje ao alcance de um clique, também fazem com que as falsas informações circulem planetária e instantaneamente. Recordo aqui Umberto Eco, quando disse que 'patetices' sempre houve, mas, agora, contam com uma audiência global.

A crença nas 'fake news' e em todas as 'patetices', invenções e perversões que circulam no mundo virtual é tanto maior quanto mais fechada e menos educada for uma sociedade. O nosso país está a viver um período de abertura informativa, inaugurado com a eleição do Presidente João Lourenço em Agosto de 2017,

que, por ser recente, explica a ingenuidade de muita gente, que "acredita em tudo o que vê nas redes". O défice de educação da sociedade também não ajuda. Temos, pois, muito trabalho a fazer para usar correctamente as novas tecnologias de comunicação.

Concordo com aqueles que dizem que a melhor resposta às 'fake news' é o bom jornalismo. O problema é que, no mundo inteiro, o jornalismo tradicional ou não sabe como enfrentar as redes ou, pior ainda, está a reboque delas. A tentação de concorrer com a velocidade das redes não dá certo. Hoje não basta noticiar os factos, pois todo o mundo, até diletantes e mesmo verdadeiros criminosos o fazem, sejam eles verdadeiros ou falsos. Basta, para isso, ter um telemóvel na mão. Hoje, o bom jornalismo implica apurar melhor, não ignorar o contraditório, enquadrar e explicar correctamente os acontecimentos. A sociedade tem tempo para isso ou quer viver em permanente estado de euforia e excitação social?"

*Ministro da Comunicação Social

TEIXEIRA CÂNDIDO

Fake News não é jornalismo

Teixeira Cândido, secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) começa por recordar que, antes de tudo, "as fake news não são notícias jornalísticas, mas informações diversas, disponibilizadas pelos mais diversos cidadãos, movidos pelos mais diversos interesses. É, por assim dizer, uma demarcação necessária".

Por outro lado, acrescenta, "o espaço no qual mais circulam as 'fake news' não são órgãos de comunicação social (imprensa no sentido lato), mas as redes sociais e outras plataformas digitais". Como terceiro elemento Teixeira Cândido avança que "a notícia jornalística tem características próprias, que não podem nem devem ser confundidas com as 'fake news'.

Quarto à intensidade das "fake news", o responsável sindical acredita ser uma consequência da necessidade de maior transparência dos actos de gestão dos Estados. "Por

fim, no actual contexto dominado pelas "fake news", a imprensa tradicional tem campo para reforçar a sua utilidade e servir de 'espelho corrector' das informações disponíveis nas redes sociais".

Acrescenta que o jornalismo não devia concorrer com as redes sociais, arriscando por isso o seu capital. "É necessário dar a consumir ao cidadão uma informação jornalística, quer dizer, devidamente tratada, observando os cânones deontológicos".



Jornalista pede mais rigor